

O (DES) EMPREGO EM DUAS PERSPECTIVAS KEYNESIANAS

Adriana Nunes Ferreira¹
Maria Carolina Pinho Levy²
Paulo Sérgio Fracalanza³

Resumo

O presente artigo pretende explorar a nítida incompatibilidade existente entre as concepções novo-keynesiana e pós-keynesiana no que diz respeito ao fenômeno do desemprego. Tais formulações teóricas tão distintas estão aqui expostas de forma ordenada e seguidas da análise acerca das políticas públicas tidas por elas como adequadas para a mitigação do desemprego. Ao final, as escolas de pensamento apresentadas serão contrapostas buscando-se demonstrar que, por se tratarem de visões de mundo irreconciliáveis, nada há de semelhante entre elas à exceção da denominação.

Palavras-chave: novos-keynesianos, pós-keynesiano, desemprego

Classificação JEL: E12; E24

1. INTRODUÇÃO

A obra de Keynes é inegavelmente o marco fundamental para o desenvolvimento da macroeconomia enquanto campo autônomo de desenvolvimento teórico e de concepção de políticas econômicas. De fato, a influência

¹ Graduada em Economia, mestre em Engenharia da Produção e doutoranda em Engenharia Elétrica com foco em mercados de Energia e Regulação.

² Graduada em Economia, mestre em Engenharia da Produção e doutoranda em Engenharia Elétrica com foco em mercados de Energia e Regulação.

³ Professor Doutor e Coordenador da Pós-Graduação na área de Ciência Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

do pensamento de Keynes reflete-se na existência de diversas escolas de pensamento econômico que, reverenciando suas contribuições, agregam prefixos à denominação “keynesiano”. Desta forma, sugere-se, com os epítetos assim formados, a continuidade e desenvolvimento da teoria nos marcos das interpretações contidas na obra original de Keynes. No entanto, grande parte dos desenvolvimentos teóricos da macroeconomia que seguiu a Keynes no tempo não é, de acordo com CHICK (1993), condizente com o “espírito” verdadeiramente keynesiano.

O keynesianismo, cuja morte fora anunciada por LUCAS (1980) no início dos anos 80, - dada a decadência dos desenvolvimentos teóricos e formulações políticas dos autores conhecidos como velho-keynesianos - ressurgiu com força redobrada na década de 90 sob a bandeira novo-keynesiana. De acordo com MANKIW (1992), tal acontecimento poderia ser encarado como a reencarnação do keynesianismo, uma vez que emergia uma nova ortodoxia keynesiana, cuja missão essencial seria microfundamentar a macroeconomia em resposta às críticas formuladas pelos novo-clássicos à macroeconomia keynesiana.⁴

Esta nova geração de autores keynesianos adquiriu, ao longo da década de 90, elevado grau de notoriedade, tendo suas prescrições políticas indicadas por importantes instituições supranacionais, e adotadas por governos diversos países⁵.

Em contraposição a estes keynesianos ortodoxos, temos autores denominados pós-keynesianos que se evidenciam essencialmente pela rejeição dos rumos tomados pela ortodoxia keynesiana.

Os autores pós-keynesianos alertam para o fato de que os novos-keynesianos estariam na verdade dilacerando a herança de Keynes. O fariam, por exemplo, ao utilizar nomenclaturas batizadas por este autor com conotação visceralmente distinta daquela imaginada por este. Pode-se dizer que a escola pós-keynesiana congrega autores que, insatisfeitos

⁴ Ao escolher o termo reencarnação, MANKIW remete ao ressurgimento da economia keynesiana em um “corpo” diferente daquele sobre o qual ela se erguia anteriormente. Este novo “corpo” estaria dotado de firmes músculos, analogia que remete aos microfundamentos que os novos-keynesianos objetivavam utilizar para fortalecer a macroeconomia.

⁵ Reagindo a essa convergência em torno da preconização das políticas de flexibilização como forma de mitigação do desemprego, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) dedicou seu relatório anual de 96/97, intitulado “National Policies in a National Context” à avaliação dessas políticas – chegando à conclusão de que elas vinham oferecendo os resultados inicialmente esperados.

com os desdobramentos recentes da macroeconomia, retornam à obra de Keynes para reforçar linhas interpretativas que se distanciam da moderna concepção hegemônica, ao mesmo tempo em que unem esforços no sentido do aperfeiçoamento e atualização teórica com o propósito de desenvolver um corpo de formulações próprias.

Dentro deste cenário, apresentado de forma genérica nos parágrafos anteriores, investigaremos ao longo deste artigo as posições teóricas das escolas de pensamento novo-keynesiana e pós-keynesiana sobre o tema do desemprego – que tomamos aqui, como Keynes, como o problema por excelência da análise macroeconômica. Buscaremos demonstrar quão diferentes são as respostas às questões: o que é o desemprego, e qual a natureza das políticas públicas adequadas à sua mitigação. Finalmente, exploraremos as raízes de tamanha discrepância entre autores cuja denominação sugere origem comum.

Veremos que no arcabouço novo-keynesiano, apresentado no item 2, o desemprego é tido como um fenômeno decorrente do mau funcionamento do mercado de trabalho. Com efeito, seria este o *locus* de determinação do nível de emprego e salários com base em curvas representativas dos comportamentos racionais de demandantes e ofertantes de mão-de-obra. Neste referencial, portanto, tanto capitalistas quanto trabalhadores, ao fazer escolhas racionais, podem levar à ocorrência do desemprego, impedindo o equilíbrio ótimo do mercado de trabalho.

As diversas linhas de pesquisa desta escola de pensamento se desmembram em ramificações voltadas ao estudo de situações particulares do mercado de trabalho. As principais delas são representadas pelos modelos de barganha salarial, contratos implícitos e salário eficiência. Cada um destes desenvolvimentos se debruça sobre uma configuração particular das relações entre empregadores e trabalhadores, e, busca demonstrar a ocorrência de situações em que decisões racionais tomadas em ambientes onde vigoram imperfeições informacionais ou concorrenciais implicam ausência de equilíbrio no mercado de trabalho.

Conseqüentemente, como veremos, na teoria novo-keynesiana, as prescrições de políticas adequadas para o combate ao desemprego estão intimamente relacionadas à remoção destas fontes de rigidez específicas, caracterizadas como falhas de mercado, sem as quais o mercado de trabalho atingiria seu funcionamento ótimo nos moldes de um mercado competitivo.

No terceiro item, em contraposição ao pensamento novo-keynesiano, abordaremos a contribuição dos autores pós-keynesianos que percebem o desemprego como um fenômeno decorrente da própria lógica de acumulação da economia capitalista. Para eles, a restrição da análise do desemprego ao mercado de trabalho obscurece as verdadeiras razões e a natureza deste fenômeno, inerente às condições de funcionamento normal da economia.

Na construção teórica pós-keynesiana, as decisões dos capitalistas no que se refere ao emprego não são tomadas com base no mercado de trabalho – e é justamente este fato que caracteriza o desemprego como um problema macroeconômico. Desta maneira, à medida que exime-se o mercado de trabalho de qualquer papel na determinação do nível de emprego, tem-se neste arcabouço, uma vez que os trabalhadores não aparecem como agentes relevantes em outros mercados, a percepção de que o desemprego seja involuntário.

Outros elementos tidos como característicos da economia capitalista também são apontados, pelos autores pós-keynesianos, como determinantes de uma situação duradoura de desemprego involuntário. Dentre eles figura a caracterização do ambiente econômico como um palco de incertezas, o que obscurece o ambiente decisório dos capitalistas. Intrinsecamente relacionado ao anterior, está a existência da moeda, ativo líquido que pode desviar recursos da esfera produtiva – na qual são criados os postos de trabalho - para fazer frente aos acontecimentos não-previsíveis.

Diante desta breve exposição podemos observar a ocorrência de uma dicotomia nos rumos do pensamento econômico keynesiano em relação à questão do emprego. Mais do que isso, tal polarização dos argumentos pode ser notada não somente no que diz respeito ao desemprego, mas às formulações macroeconômicas em geral. Não se pode perder de vista também, que tais divergências se refletem diretamente sobre as prescrições políticas que quando desligadas de suas matrizes teóricas podem parecer esvaziadas de nexos.

Desta forma, no item 4 encontram-se contrapostas as explicações novo e pós-keynesianas a respeito do desemprego e das políticas públicas adequadas a seu combate. É finalmente nesta seção que se formalizam de forma explícita as divergências existentes entre estes autores, no que tange o desemprego, que podem ser tomadas como reflexo de uma falta de identificação entre os

alicerces fundamentais de suas teorias. Portanto, conclui-se que apesar de ambas escolas usufruírem denominação keynesiana, são indubitavelmente visões de mundo irreconciliáveis que não podem ser tidas como originadas de uma mesma raiz.

2. OS NOVOS-KEYNESIANOS

A escola novo-keynesiana surgiu em resposta às teorias macroeconômicas monetaristas e novo-clássicas, que, diante de um contexto de persistente estagnação acompanhada de inflação, obtiveram posição de destaque no debate econômico da década de setenta.

O impacto da ascensão de idéias que recuperavam em grande parte o arcabouço teórico neoclássico pré-Keynes, se contrapondo ao corpo teórico keynesiano até então hegemônico, foi tão intenso que o prêmio Nobel Lucas (1980) publicou no início da década de oitenta um artigo anunciando a morte do keynesianismo (MANKIW, 1992).

No entanto, já na década de noventa, o cenário das idéias econômicas parece ter se transformado. Mankiw (1992), em resposta a Lucas (1980), se incumbiu da publicação de um artigo intitulado “A reencarnação da economia keynesiana”. Neste artigo, Mankiw alegava que a teoria keynesiana teria reencarnado com o mesmo espírito do velho-keynesianismo, porém “em um corpo dotado de firmes músculos microeconômicos” (MANKIW, 1992: 559).

Os novos-keynesianos em geral se consideram herdeiros da tradição keynesiana. Com efeito, podem ser classificados como keynesianos à medida que trazem de volta ao debate algumas questões exploradas por Keynes, como o desemprego involuntário e a quebra da dicotomia clássica entre variáveis reais e nominais, esquecidas durante décadas pelo ramo clássico da macroeconomia.

Paradoxalmente, apesar de aceitar resultados keynesianos, a economia novo-keynesiana, sobretudo no âmbito das teorias do emprego, pode ser considerada uma continuidade em relação aos modelos neoclássicos do mercado de trabalho (FRACALANZA, 2002). Sem dúvida alguma, a incorporação de elementos keynesianos, a estes modelos, mediante o relaxamento de algumas hipóteses iniciais das teorias microeconômicas tradicionais, culmina na formulação de modelos de implicações interessantes, como a

aceitação da necessidade de intervenção governamental em algumas situações específicas, que não seriam concebíveis dentro do corpo teórico da microeconomia neoclássica.

Os autores da escola novo-keynesiana, apesar de terem um ponto de partida comum, que pode ser a grosso modo descrito como a busca de microfundamentação dos resultados keynesianos através da identificação de várias fontes de rigidez que desviem recorrentemente a economia do funcionamento auto-equilibrador, não construíram um corpo teórico integrado. Talvez pela vasta gama de ramificações - que se desenvolveram para o estudo de configurações específicas das relações do mercado de trabalho – ou mesmo por sua contemporaneidade se torna difícil fazer generalizações a respeito da vertente novo-keynesiana de pensamento econômico (FRACALANZA, 2002).

Desta forma, a apresentação adequada da teoria novo-keynesiana requer que se exponham algumas das principais linhas de pesquisa.

Os modelos de salário-eficiência, como é conhecido um dos mais importantes grupo de modelos novos-keynesianos se destinam essencialmente à identificação dos motivos que levam as firmas à manutenção de salários reais acima dos níveis condizentes com a produtividade marginal do trabalho no ponto de pleno emprego. O fio condutor que rege seu raciocínio parte da percepção de que há relação entre salários reais e produtividade marginal do trabalho, de tal maneira que a redução dos salários acarrete efeitos indesejados sobre a produtividade.

Dentro dos modelos de salário-eficiência podem ser desmembrados quatro rumos de investigação.

O primeiro deles, o binômio trapaça-ameaça, também conhecido como “shirking” levanta o problema dos altos custos de monitoramento dos funcionários. Neste modelo, parte-se da premissa de que sempre que possível o funcionário evitará empenhar esforço em seu trabalho, dado que este é penoso. Desta forma, o modelo neoclássico é ajustado à observação de que o trabalho empenhado na produção não é função estável do trabalho contratado pela firma, mas depende em última instância de decisão do trabalhador (FRACALANZA, 2002).

Portanto, uma vez que o monitoramento se mostra uma opção cara, a firma escolhe oferecer salários acima do nível de *market clearing*, visando

impelir o trabalhador a trabalhar com maior afinco. No entanto, com esta decisão, a firma acaba por sancionar a ocorrência de desemprego decorrente do enrijecimento da variável de ajuste do mercado de trabalho. Desta maneira, à medida que se instala uma situação de desemprego, os salários elevados, que seriam um mecanismo motivador, se transformam em disciplinador, à medida que o trabalhador está constantemente ameaçado pela existência de uma legião de indivíduos dispostos a assumir sua posição⁶.

Outra linha de modelos de salário-eficiência enfatiza a existência de elevados custos de treinamento diante do ingresso de um novo trabalhador ao quadro de funcionários da firma. Desta maneira, fundamenta-se a manutenção de salários elevados como meio de inibir a rotatividade da mão de obra. Esta medida visa garantir a fidelidade dos funcionários à medida que se acredita que estes hesitariam deixar seus postos quando remunerados além dos níveis de mercado. Mais uma vez, bloqueia-se a operação das forças de mercado no sentido de promover o pleno emprego.

Existe também uma linha de modelos, denominados como *dom e contra dom*⁷ que possuem inspiração em estudos de ordem sociológica. Tais modelos apresentariam a rigidez de salários como reflexo de convenções sociais e princípios do que seriam comportamentos apropriados no ambiente de trabalho (FERREIRA, 1997). Nestes modelos, considera-se que salários mais elevados elevariam o grau de satisfação do trabalhador que se tornaria mais comprometido com o objetivo da empresa e teria seu desempenho elevado ao passo que o monitoramento seria uma opção contraproducente. Postulam, portanto, que a ausência de monitoramento poderia ser fator relevante na obtenção de incremento da produtividade do trabalho à medida que o trabalhador tem um grau de liberdade superior na execução de suas atribuições podendo se dedicar a elas com maior satisfação.

Por fim, ainda podemos citar o modelo de seleção adversa, que, em linhas gerais pode ser descrito como aquele que atribui aos trabalhadores níveis mínimos de salários que estariam dispostos a aceitar. Cada trabalhador estipularia sua disposição que seria reflexo das suas habilidades. Desta maneira, caso a firma ofereça níveis de salário mais baixos, apenas aqueles menos qualificados se apresentarão como candidatos à vaga oferecida. Por-

⁶ Para maiores informações a este respeito consultar obra seminal: YELLEN, J.Y., Efficiency Wage Models of Unemployment, *American Economic Review*, Vol 74(2), May 1984.

⁷ Denominação utilizada em FRACALANZA (2002).

tanto, há mais uma explicação racional que respalda a ocorrência de salários acima do nível equilibrador do mercado de trabalho.

Devemos observar que dentro dos modelos de salário-eficiência existem duas dimensões contratuais: a pós-contratual, em que a firma possui dificuldades em monitorar o comportamento dos empregados no local de trabalho e a pré-contratual, que evidencia a existência de assimetria de informação entre demandantes e ofertantes de mão-de-obra à medida que apenas após a realização do contrato a firma será capaz de aferir as habilidades alegadas pelo candidato à vaga de trabalho. Os três primeiros modelos acima tratados podem ser classificados como modelos de risco moral, pois exploram a dimensão pós-contratual, enquanto o modelo de seleção adversa, apresentado no parágrafo imediatamente anterior a este, se refere à dimensão anterior à assinatura do contrato.

Uma segunda linha de pesquisa novo-keynesiana é a de modelos de barganha salarial. Nestes modelos o principal agente estudado é o sindicato. De acordo com estes autores, os sindicatos e sindicalizados ao estipular salários mais elevados estariam usufruindo benefícios às custas dos trabalhadores desempregados cujo emprego requereria redução dos salários reais oferecidos àqueles já empregados.

Por fim, a linha que explora a existência de contratos implícitos relaciona a existência de desemprego à uma opção racional dos trabalhadores. Segundo estes pesquisadores os trabalhadores, ao ver como indesejável que o salário flutue de acordo com as oscilações econômicas, preferem receber salários médios, abdicando dos níveis mais elevados em situações favoráveis, mas levando ao desemprego nas situações em que o ajuste depende de redução salarial. Neste caso, são os próprios trabalhadores, agrupados em uma entidade que descarta o princípio de atomização presente nos modelos de concorrência perfeita, os responsáveis pela fonte de rigidez determinante do desemprego.

A partir desta breve apresentação dos modelos de mercado de trabalho novo-keynesianos, fica explícito seu confinamento aos limites do mercado de trabalho. Nestes modelos os determinantes do desemprego encontram-se exclusivamente em comportamentos dos agentes ali participantes que levam os mecanismos de mercado a falhar. Deste modo, não se pode esperar que políticas macroeconômicas prescritas para a mitigação do desemprego se dêem em outra esfera.

Com efeito, medidas habitualmente recomendadas por estes autores se voltam para a remoção ou atenuação das fontes de rigidez identificadas no mercado de trabalho. Como as situações descritas pelos autores novo-keynesianos são múltiplas e muito específicas, as políticas correspondentes serão igualmente particulares. No entanto, há um sentido comum a todas elas: a flexibilização.

A promoção do aumento do emprego nos termos novo-keynesianos estaria relacionada a medidas tais como reforma do sistema de barganha salarial, reforma do sistema de benefícios para os desempregados, melhoria do sistema de informação para desempregados, serviços de requalificação e desregulamentação do mercado de trabalho (FERREIRA, 1997).

A reforma do sistema de barganha salarial é concebida por duas vias distintas. Uma delas seria o enfraquecimento de qualquer organização sindical que possibilitasse aos trabalhadores influenciar os destinos do mercado de trabalho. A outra refere-se à centralização das decisões sindicais de tal forma que, havendo maior controle, não seriam toleradas atuações isoladas perturbadoras do funcionamento da economia.

Por sua vez, a reforma do sistema de benefícios para os desempregados seria um meio de desencorajar os indivíduos a se acomodarem nesta condição. Desta maneira, aumentando a atratividade do trabalho ou mesmo as perdas relacionadas à perda do emprego, espera-se que os trabalhadores estejam dispostos a se apresentar aos postos assim como a se dedicar com maior afinco à suas atribuições.

A melhoria do sistema de informação para desempregados cumpriria o papel de proporcionar o encontro entre aqueles que buscam ocupação e as posições abertas. Neste caso, parte-se de uma premissa de que as vagas existem, mas que os trabalhadores continuam na condição de desempregados por não tomar conhecimento delas.

De forma semelhante, programas de re-qualificação dos desempregados também assumem que existam vagas a serem preenchidas. Porém, neste caso o problema identificado é a falta de correlação entre as habilidades dos ofertantes de mão de obra e os requerimentos das funções disponíveis. Em ambas situações, concebe-se o desemprego em seu conceito friccional⁸.

⁸ "Desemprego de espera" em GAZIER (1992).

Vale ressaltar que os novos-keynesianos não dão importância à políticas de demanda como forma de mitigar o desemprego (FERREIRA, 1997). Apesar da existência de artigos que buscam atribuir microfundamentos a modelos que levam em conta o comportamento da demanda agregada, estes acabam por restringir brutalmente as possibilidades de atuação sobre esta.

A percepção de que o funcionamento ideal da economia se assemelhe àquele dos modelos neoclássicos leva os autores novo-keynesianos a enxergar com especial desprezo a atuação discricionária governamental. O fazem apesar de aceitarem a atuação dos governos no sentido de reduzir ou eliminar falhas de mercado. No entanto, lembremos que estas são situações muito específicas nas quais o papel do governo se restringiria à remoção de fontes de rigidez, permitindo que os mercados funcionem de maneira mais próxima dos ideais de concorrência perfeita.

3. OS PÓS-KEYNESIANOS

Os pós-keynesianos⁹ podem ser caracterizados como autores insatisfeitos com os desenvolvimentos da teoria denominada keynesiana. Tal descontentamento alcança proporções tão relevantes que estes autores se recusam a aceitar a macroeconomia desenvolvida após Keynes efetivamente como uma teoria originada dos desenvolvimentos teóricos deste autor. Desta maneira, os representantes desta escola de pensamento tendem a buscar em Keynes a raiz de sua teoria uma vez que percebem nas teorias modernas, por exemplo, a utilização de conceitos keynesianos, como o desemprego involuntário, esvaziados de seu significado original.

Na teoria pós-keynesiana, uma boa compreensão do conceito de desemprego involuntário decorre diretamente do entendimento do princípio da demanda efetiva. De acordo com este princípio, a determinação do nível de emprego não seria decorrência de forças do mercado de trabalho, mas de duas curvas agregadas que tem o nível de emprego como argumento: a curva de oferta e demanda agregadas.

⁹ Apresentaremos aqui apenas autores pós-keynesianos americanos, não nos detendo à análise dos pós-keynesianos neo-ricardianos ou pós-keynesianos de Cambridge que direcionam o foco de sua análise a problemas distintos do desemprego. Para maiores esclarecimentos a respeito das diversas vertentes de autores pós-keynesianos ver especialmente DEOS (1997).

Temos que a função oferta agregada representa a renda mínima necessária para que os empresários ofertem certo nível de emprego. Já a demanda agregada representa estimativas de gastos futuros dos agentes a cada nível de emprego ofertado pelos capitalistas.

Desta forma, podemos observar desde já que não há na teoria pós-keynesiana uma curva que represente as vontades dos trabalhadores que possa ser considerada relevante na determinação do nível de emprego. O nível de emprego é dado a partir da interação de curvas relacionadas a decisões capitalistas sobre as quais os ofertantes de mão-de-obra não possuem a prerrogativa de influenciar.

Sendo assim, percebemos que o princípio da demanda efetiva determina a ocorrência de uma hierarquia entre os agentes em prol dos capitalistas e em detrimento dos trabalhadores. Portanto, caso as estimativas de vendas futuras desencorajem os empresários a contratar mão-de-obra adicional, o fato de não haver otimização no mercado de trabalho não figura como motivo relevante para que o número de contratações seja elevado. Ou seja, o desemprego decorre do funcionamento da economia capitalista e é involuntário.

Mais do que isso, o desemprego pode configurar uma situação duradoura à medida que do ponto de vista dos empresários, havendo equilíbrio com otimização entre suas expectativas de vendas futuras e as vendas efetivamente realizadas, pouco importa a otimização do mercado de trabalho. Por isso, neste mercado, podemos considerar a ocorrência de equilíbrio com desemprego - tomando-se aqui o termo equilíbrio como sinônimo de repouso, condição duradoura mesmo diante da ausência de otimização¹⁰.

Um fator que permanentemente afasta a economia de funcionar dentro de um regime de pleno emprego é a existência da moeda. Segundo os pós-keynesianos, a existência de um ativo tal como a moeda, imbuído de propriedades especiais que o diferenciam dos demais bens leva à prevalência de uma situação de desemprego (DAVIDSON, 1999).

Isto ocorre porque a moeda, por ser líquida, diante de um mundo cheio de incerteza não probabilística, se torna atrativa aos agentes. Estes, por sua

¹⁰ Vale ressaltar que a ocorrência de equilíbrio com desemprego não descarta a possibilidade de haver desequilíbrio com desemprego ou mesmo de equilíbrio com pleno emprego, situação que passa, porém a ser considerada como uma possibilidade mais remota (CHICK, 1993:85).

vez, optam por mantê-la em sua posse ao invés de transformá-la integralmente em ativos produtíveis que dependem da contratação de mão-de-obra para sua produção.

A moeda é um ativo que prescinde de trabalhadores para sua produção. Desta maneira, ao contrário dos demais bens, que são produzidos por trabalho, diante de uma elevação da demanda por moeda não há motivos para a elevação do nível de emprego. Por isso, enquanto a moeda e os ativos financeiros líquidos forem retidos ao invés de se consubstanciarem em produtos ou inversões na esfera produtiva, está garantida a ocorrência do desemprego.

Posto isto, a moeda não pode ser tida como um ativo neutro. Com efeito, a economia tal como concebida por Keynes é denominada por ele como “economia monetária da produção”, o que sugere um papel relevante à moeda na determinação do funcionamento da economia em oposição à teoria neoclássica em que a moeda é caracterizada meramente como um facilitador de trocas.

Na economia pós-keynesiana a ocorrência de um meio recorrentemente repleto de incerteza - em que as decisões dependem de antecipações especulativas sobre a demanda do futuro - a moeda figura como um ativo que pode ser desejado por motivos alheios à realização de trocas. Com isso, podemos assinalar ainda a ocorrência de um obscurecimento ainda maior da capacidade preditiva dos agentes inversores à medida que a riqueza pode ser indefinidamente mantida sob a forma líquida.

Conclui-se, portanto, que por suas propriedades especiais, a moeda acaba por introduzir efeitos nefastos sobre o mercado de trabalho à medida que se coloca como uma alternativa de desvio de recursos da esfera produtiva na qual são gerados os postos de trabalho.

Como pode-se perceber pelos desenvolvimentos apresentados, o desemprego caracteriza-se como uma questão macroeconômica e intimamente ligada à percepção do funcionamento da economia tal como uma economia monetária da produção.

Desta forma, é explícito o fato de que o mercado de trabalho não é o *locus* em que se determina o nível de emprego. Portanto, pode-se falar em uma “inferioridade hierárquica” do mercado de trabalho em relação ao mercado de bens e deste em relação ao de moeda na construção teórica

pós-keynesiana. Por isso, qualquer análise do desemprego que se mostre contida no âmbito do mercado de trabalho estaria, na verdade, obscurecendo a essência de tal fenômeno: o desemprego involuntário é um resultado esperado e recorrente na economia monetária da produção. Não é um fenômeno decorrente de anomalias no funcionamento econômico.

Sendo assim, a atuação concebida para o governo no arcabouço pós-keynesiano é ampla e permanente. Cabe ao governo através de atuações discricionárias operar políticas que elevem o ponto de demanda efetiva para níveis mais próximos do pleno emprego.

Para tanto, políticas monetárias e fiscais que proporcionem um ambiente decisório mais propício ao investimento são de extrema relevância. Neste sentido, a política monetária tem papel fundamental na manutenção de taxas de juros que elevem a atratividade dos investimentos produtivos em oposição à dos rendimentos financeiros. Por outro lado, a garantia de investimentos governamentais em setores estratégicos, como infra-estrutura, serve como fomento à atividade empresarial da iniciativa privada.

No contexto atual, de economias globalizadas e abertas, com taxas de câmbio flutuantes, as políticas econômicas dos países relacionam-se fortemente à lógica financeira. Isto ocorre porque não somente as taxas de juros estão intrinsecamente ligadas aos movimentos de capital do mercado financeiro internacional, mas também as próprias taxas de câmbio se tornaram relevante objeto de especulação.

Por isso, o papel do mercado financeiro internacional na determinação do nível de emprego global e distribuição dos empregos entre os países não é negligenciável. Isto ocorre porque as oscilações cambiais provocam recorrentemente variações nos termos de troca entre os países, afetando diretamente as condições de rentabilidade dos investimentos produtivos, causando, portanto, uma piora significativa no horizonte preditivo para a determinação dos investimentos. A volatilidade cambial insere riscos de variações abruptas nas condições de competitividade das indústrias em relação às concorrentes instaladas em diferentes países. Sendo assim, a alteração da taxa cambial pode inviabilizar repentinamente um investimento realizado com boas perspectivas em período anterior.

Igualmente perturbadores são os efeitos da variação das taxas de juros sobre as condições de realização dos investimentos produtivos. Tais taxas

foram utilizadas recorrentemente durante os anos noventa - em especial nos países em desenvolvimento, cujos ativos representam parcelas marginais das carteiras dos grandes investidores e os quais são caracterizados como aplicações de risco - como forma de conter movimentos de fuga de capitais. Apesar de sua comprovada impotência para a contenção efetiva dos fluxos, as taxas de juros foram mantidas elevadas durante praticamente toda a década em detrimento de objetivos internos de promoção de emprego e renda.

O efetivo direcionamento da política econômica para os objetivos internos está, para os pós-keynesianos, intrinsecamente ligada ao estabelecimento de controles de capital que proporcionem aos governos a capacidade de restringir as entradas de capital, assim como suavizar os movimentos de saída, tornando o ambiente decisório mais favorável ao investimento.

Davidson (1998 a) ressalta que existem diversas formas de implementar controles restritivos dos fluxos de capitais e que não há um modelo único a ser seguido por todos indiscriminadamente. Cada país deveria buscar no espectro de formas de controles de capitais disponíveis aquela que melhor serve à suas especificidades. O que haveria de comum a todos seriam os benefícios relativos à maior estabilidade dos fluxos de entrada e saída.

A instituição de controles de capitais, porém, apesar de condição necessária, não seria suficiente para promover a retomada dos investimentos e elevação do emprego. Por isso, para a retomada do crescimento e redução das taxas de desemprego globais da economia, os países deveriam desenvolver políticas internas rumo ao pleno emprego. Caso contrário, haveria apenas redistribuição dos desempregados entre os países (DAVIDSON, 1998 a).

Em outros termos, podemos alegar que Davidson (2003) não vê alternativa à superação das elevadas taxas de desemprego observadas a não ser que se operem as políticas monetária e fiscal para a promoção do pleno emprego como objetivo que se sobreponha às restrições externas do balanço de pagamentos ou do pagamento de serviços de dívidas.

No entanto reconhece que:

Até que reformemos o sistema de pagamentos internacional será impossível para qualquer país isoladamente, com exceção dos Estados Unidos, implementar políticas macroeconômicas para sustentar altas taxas de demanda agregada interna sem

temer os constrangimentos do balanço de pagamentos. (DAVIDSON, 1998:7. Tradução própria¹¹)

Em alguns de seus trabalhos, Davidson desenvolve detalhadamente uma proposta de reformulação do sistema internacional de pagamentos. Demonstra, assim, que mesmo no plano internacional, seria desejável a ocorrência de coordenação para que se pudesse obter resultados positivos na esfera real da economia. Para ele, o funcionamento satisfatório do sistema monetário internacional dependeria da criação de uma instituição reguladora, uma câmara de compensações internacionais, que visaria garantir condições favoráveis de liquidez e na qual os países recorrentemente superavitários assumiriam o ônus do estabelecimento do equilíbrio na economia mundial (DAVIDSON, 2003).

Desta forma, concluímos que na visão pós-keynesiana, a superação do desemprego implica uma postura ativa dos governos no sentido de perseguir objetivos de pleno emprego desmistificando a crença nos mecanismos automáticos de ajustamento dos mercados.

A retomada do uso efetivo de instrumentos macroeconômicos na perseguição de objetivos como a elevação do produto e do emprego seria imprescindível. Neste sentido, vale ressaltar conclusivamente que as políticas confinadas ao mercado de trabalho representam, aos pós-keynesianos, alternativas não somente ineficazes como nefastas no âmbito do mercado de trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desemprego involuntário é uma problemática keynesiana. Tal conceito foi explorado por Keynes e continua sendo abordado pelas diversas escolas modernas de pensamento keynesiano. No entanto, não há como atenuar o fato de que haja divergências viscerais no emprego deste termo nas formulações teóricas das diferentes escolas de extração keynesiana.

Os pós-keynesianos, preocupados com os desvios trilhados pela teoria com respeito ao que crêem ser o núcleo dos ensinamentos originais

¹¹ "Until we reform the world's international payments system it will be impossible for any individual nation, except perhaps the United States, to undertake national macro policies to maintain high levels of aggregate demand internally without fear of a balance of payments constraint." (DAVIDSON, 1998:7)

de Keynes, retornam à leitura da obra deste autor e preconizam a existência do desemprego involuntário como um problema macroeconômico decorrente do funcionamento normal da economia capitalista. Portanto, uma vez que a determinação do nível de emprego decorre de decisões de gastos dos capitalistas, concebe-se uma “inferioridade hierárquica” do mercado de trabalho em relação ao mercado de bens e deste em relação à moeda¹². Sendo assim, a mais profunda definição de desemprego involuntário remete ao fato de que os trabalhadores não possuem a prerrogativa de alterar os resultados obtidos, mesmo diante de mercados operando em condições de concorrência perfeita.

Por sua vez, os novos-keynesianos procuram dotar a macroeconomia keynesiana de sólidos e consistentes fundamentos microeconômicos que permitam robustecer as análises empreendidas. Assim, os autores novos-keynesianos, particularmente no caso do desemprego involuntário ignoram solenemente as interpretações de Keynes no que diz respeito aos diagnósticos e soluções para este mal. O termo desemprego involuntário, em sua nova roupagem, decorre, em grande medida, de problemas informacionais e concorrenciais do mercado de trabalho. Frente a estas circunstâncias, de forma alguma excepcionais, trabalhadores e demandantes da força de trabalho, agindo de forma auto-interessada e absolutamente racional acabam por provocar distorções no sistema de preços, o que explica o afastamento destes mercados das condições (e virtudes) do equilíbrio competitivo.

Pode-se alegar que, os novos-keynesianos, assim como muitos outros intérpretes da obra de Keynes, desconsideram elementos que para os pós-keynesianos representam a verdadeira revolução de Keynes: a proposição dos fundamentos da macroeconomia moderna enquanto campo autônomo de conhecimento e, conseqüentemente, para a análise de um conjunto de problemas relevantes a completa inadequação do instrumental da economia neoclássica. Com efeito, os novos-keynesianos se assemelham muito mais aos autores que Keynes chamava clássicos do que com seu pretense mestre¹³.

¹² Tal “hierarquia” fica clara no artigo de Keynes de 1937 – intitulado “a teoria geral do emprego”. Neste, o autor esclarece a lógica de seu modelo de funcionamento da economia. Começa sua explanação com o conceito de incerteza, para então chegar ao mercado de moeda, ao de bens e, por fim, ao de trabalho – que não é, evidentemente, o *locus* de determinação de emprego.

¹³ Stiglitz é um autor novo-keynesiano que se distingue de boa parte de seus colegas, por não embasar sua explicação acerca da quebra da dicotomia clássica na rigidez de preços no

Exemplo veemente disso é o fato de voltarem a análise do desemprego ao âmbito do mercado de trabalho, após Keynes ter desqualificado o “segundo postulado” que assevera que “a utilidade do salário, quando se emprega um determinado volume de trabalho, é igual à desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego” (Keynes, 1982: p.25). Ao rejeitar a validade da curva de oferta de trabalho, Keynes procura demonstrar de forma inequívoca a indefinição do nível de emprego no âmbito deste mercado, sinalizando que tal determinação se dê em função de variáveis alheias a este mercado.

Com efeito, o mérito dos novos-keynesianos se encontra na tentativa de atribuir maior realismo aos modelos microeconômicos através do relaxamento de algumas hipóteses restritivas destes. E, o fazem a fim de possibilitar a incorporação de resultados empiricamente observáveis, tais como o desemprego persistente. No entanto, no campo da macroeconomia é possível alegar que tais autores reflitam a macroeconomia dos velhos-keynesianos no curto prazo, em que aceitam a ocorrência de distúrbios, assim como representem a continuidade da macroeconomia tal como concebida pelos novos-clássicos no que tange o longo prazo, situação em que concebem a operação dos mecanismos de concorrência perfeita (SICSÚ, 1999).

mercado de produtos, mas nos efeitos das assimetrias de informação no mercado de crédito. Para uma descrição cuidadosa da contribuição deste autor, vide Ferreira Jr, R. e Canuto, O., “Assimetrias de informação e ciclos econômicos: Stiglitz é keynesiano?” (2003). Vale notar que os autores respondem à pergunta que dá nome ao artigo afirmativamente, argumentando que apesar de os “modelos heurísticos” de Stiglitz e de Keynes serem distintos, as suas visões quanto ao funcionamento das economias de mercado são muito próximas. Assim, segundo eles, “Stiglitz é não-keynesiano” na forma e “keynesiano na substância”. Os autores do presente artigo discordam dessa posição, vendo em Keynes e Stiglitz uma distinção fundamental de *visão de mundo*. É bem verdade que Stiglitz abriu novos e interessantes campos de pesquisa entre os Novos Keynesianos, contribuindo para que a rigidez de preços deixasse de ser o único foco das atenções novo-keynesianas. Além disso, é preciso reconhecer que, ao admitir um papel para o crédito, para os bancos e para assimetrias de informação “irredutíveis”, o autor consegue captar algumas das características essenciais de uma economia monetária – introduzindo, de alguma forma, o tema do financiamento na discussão da macroeconomia do *mainstream*. No entanto, para compreender o desemprego involuntário, recorre aos modelos de rigidez de salário real. Isso porque, fundamentalmente, trabalha com modelo de equilíbrio geral. Nas palavras de Canuto e Ferreira: “Sua estratégia analítica é a de extrair as implicações da ausência de alguns requisitos necessários – informações perfeitas e/ou contratos completos – para a validade do modelo Arrow-Debreu pleno”. (Canuto e Ferreira, 2003: 183).

Uma implicação prática da reconciliação da macroeconomia keynesiana com os ensinamentos da tradição clássica é a transformação da teoria geral de Keynes em um caso específico de uma teoria mais geral¹⁴. Os novos-keynesianos teriam, neste aspecto, cometido a mesma impropriedade que os keynesianos da síntese cometeram ao considerar os resultados keynesianos como decorrência de uma situação de rigidez de variáveis de ajuste tais como preços e salários.¹⁵ Vale ressaltar que mesmo os neoclássicos concordariam que supondo a ocorrência de falhas nos mecanismos de mercado não haveria equilíbrio com otimização. No entanto, o que se coloca como revolucionário na teoria de Keynes, é algo que estes teóricos não valorizam: a possibilidade de ocorrência persistente de desemprego mesmo diante da plena flexibilidade de salários e preços, sem que isso se mostre como uma inconsistência lógica.

Assim, não seria propriamente keynesiano buscar fundamentos teóricos em falhas exogenamente impostas que desviam a economia do comportamento ótimo proporcionado pelos mecanismos equilibradores de mercado. Ao contrário, poderíamos inverter tal raciocínio ponderando que, como o volume de emprego não resulta da operação do mercado de trabalho, é justo afirmar que o funcionamento regular, auto-equilibrador e desimpedido dos “mercados de trabalho” reproduz, o mais das vezes, uma situação de desemprego crônico que não encontra remédio nos mecanismos de ajustes via preços. Portanto, a compreensão das raízes do desemprego e das políticas apropriadas para debelá-lo seriam obscurecidas nas análises realizadas estritamente no âmbito do mercado de trabalho.

Posto isto, não podemos esperar que haja compatibilidade entre as prescrições de política econômica novo e pós-keynesianas para a mitigação do desemprego. Desta forma, em conformidade com sua construção teórica, os novos-keynesianos apregoam a necessidade de atuação governamental somente em situações específicas, visando remover falhas de mercado a fim de proporcionar o auto-ajustamento da economia. Via de regra tais medidas são de escopo microeconômico, direcionadas à corre-

¹⁴ Lembremos que logo na abertura da Teoria Geral, Keynes coloca que sua obra visava ser uma teoria mais geral em relação à teoria clássica, a qual seria um caso específico de sua construção teórica. Portanto, o percurso realizado pelos velhos e novos-keynesianos seria, neste sentido, justamente o inverso daquele realizado por Keynes.

¹⁵ Aliás, é conveniente lembrar que os novos-keynesianos se beneficiaram das interpretações abertas por Modigliani e Patinkin que afirmavam que os resultados do desemprego involuntário decorriam da rigidez dos salários nominais e que, caso fossem flexíveis os salários, as condições de pleno-emprego seriam restauradas.

ção das situações peculiares dos mercados de trabalho que estes autores se dispuseram a identificar.

Aos autores novo-keynesianos não agrada a discricionariedade. Mesmo quando aceitam a realização de políticas fiscal e monetária, estas são vistas como paliativos aos quais não se aconselha recorrer – à medida que estas não são coerentes com o diagnóstico apresentado por eles para os problemas macroeconômicos. No caso do desemprego, portanto, medidas condizentes com as formulações teóricas novo-keynesianas remetem ao mercado de trabalho, no qual se encontrariam as fontes de rigidez responsáveis pelo desvio deste mercado de seu ponto de otimização.

Esta concepção é fundamentalmente oposta àquela dos pós-keynesianos. Os keynesianos “heterodoxos” clamam pela presença constante de políticas abrangentes, como políticas fiscal e monetária com a finalidade explícita de elevação do produto e emprego. Em contrapartida, enfaticamente rejeitam a prescrição de políticas confinadas a mercados individuais para a resolução de questões macroeconômicas. Alertam ainda, que em grande parte dos casos a operação de tais políticas culmina efeitos nefastos sobre os agregados que supostamente deveriam impactar de forma positiva.

Ocorre que os autores pós-keynesianos não concebem o comportamento da economia deixada a suas próprias forças como ideal e propenso à obtenção de resultados econômicos ótimos. Pelo contrário acreditam que são as próprias forças da economia, em suas condições habituais de funcionamento que acarretam distúrbios tais como o desemprego. Não se trata de uma falha, ou situação esporádica, mas geração recorrente de contradições endógenas. Portanto, requiere-se apropriadamente a atuação do governo com o objetivo de evitar que a economia leve suas contradições a níveis insustentáveis. De acordo com Keynes, não se trata de abolir o capitalismo, mas proporcionar seu melhor funcionamento através de políticas amplas e persistentes (KEYNES, 1978 b).

Conclui-se, portanto, que nada há de comum entre as teorias e prescrições de políticas macroeconômicas novo e pós-keynesiana à exceção de sua denominação “keynesiana”. Mesmo os problemas que discutem, se analisados a fundo, são vistos de perspectivas muito distintas. A questão do desemprego involuntário é prova disso. Quanto aos métodos, sua divergência salta aos olhos.

Desta forma, resta o questionamento acerca do que realmente significaria ser keynesiano no cenário do pensamento econômico atual. Notadamente, os desenvolvimentos novo-keynesianos se caracterizam como uma tentativa de conciliação da macroeconomia de Keynes com o aparato neoclássico. Infelizmente, tal conciliação é impossível de ser empreendida sem perdas de conteúdo de uma das vertentes envolvidas. A nosso entender, a grande prejudicada neste processo foi a macroeconomia keynesiana que teve seus conceitos esvaziados de seu significado original e seu foco dirigido a mercados individuais. Por hora, resta o alerta que nos dias de hoje, o significado de termos keynesianos tais como o desemprego involuntário não pode ser determinado sem referência à fonte que o proferiu.

(UN)EMPLOYMENT IN TWO KEYNESIAN APPROACHES

Abstract

The following article intends to explore the clear incompatibility existing among new-keynesian and post-keynesian conceptions of unemployment. These two different theoretical formulations are exposed in an organized way and followed by the analysis of their own prescriptions of public policies concerning unemployment. At the end, both theoretical frameworks are set together in order to show that, as they represent extremely different perceptions of the economic functioning, they have nothing in common except their denomination.

Keywords: new-keynesian, post-keynesian, unemployment

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANUTO, Otaviano e FERREIRA Júnior, Reynaldo Assimetrias de informação e ciclos econômicos: Stiglitz é keynesiano?. In: LIMA, G.T; SICSÚ, J. **Macroeconomia do emprego e da renda – Keynes e o Keynesianismo**. São Paulo: Ed. Manole, 2003.,p.181-229.

CHICK, Victoria.(1993) **Macroeconomia após Keynes: um reexame da Teoria Geral**. Forense Editora Universitária: Rio de Janeiro.

DAVIDSON, Paul. (1994) “The essential difference between the general theory and the classical system”. In: **Post Keynesian Macroeconomic theory**. University Press: Cambridge.

DAVIDSON, Paul. (1998 a) “The case for regulating international capital flows”. Paper apresentado no Seminário sobre Regulação dos movimentos de Capital na **Social Market foundation**: Londres, novembro.

DAVIDSON, Paul. (1998 b) “Post KEYNESian unemployment analysis and OECD unemployment”. **The Economic Journal**, May.

DAVIDSON, Paul. (1999) “Colocando as evidências em ordem: macroeconomia de Keynes versus velho e novo keynesianismo”. In: Tadeu Lima, G. Sicsu, J. De Paula, L.F. (organizadores). **Macroeconomia moderna**. Campus: Rio de Janeiro. (pp.33 a 64).

DAVIDSON, Paul. (2003) “What is wrong about the Washington consensus and what should we do about it?” Paper apresentado na **Conferência “Reforming the reforms: What next for Latin América?”**. Rio de Janeiro, julho. Disponível online: www.econ.bus.utk.edu/DAVIDSON.html .

DAVIDSON, Paul. (2003-2004) “Setting the record straight on “A History of Post Keynesian Economics”. **Journal of Post Keynesian Economics**, v.26.

DEOS, Simone. (1997) “Minsky na tradição teórica keynesiana”. In: **A Hipótese da instabilidade financeira de Minsky numa economia de mercado de capitais**. UFRGS, (dissertação de mestrado).

FERREIRA, Adriana Nunes. (1997) **Teoria macroeconômica e desemprego involuntário**. FEA/USP: São Paulo (Dissertação de Mestrado).

FERREIRA, Adriana Nunes. (1999) Desemprego e teoria macroeconômica. Belém: II Jornada de Economia Política do Capitalismo, dezembro. **JEL:** E24. Disponível online: via <http://race.nuca.ie.urfj.br> .acessado em 13 de setembro de 2003.

FRACALANZA, Paulo Sérgio. (2002) Uma leitura das teorias do desemprego de equilíbrio. **Economia**. Niterói (RJ):V.3, n.1, jan. /jun. (pp.113 – 157).

GAZIER B. (1992) **Economie du travail et de l'emploi**. Précis Dalloz, 2ème éd. Paris.

KEYNES, John Maynard. (1978 a) “A teoria geral do emprego”. The quarterly Journal of Economics. In Tamás Smreczányi. **Keynes**. Ática: São Paulo. (original de 1937)

KEYNES, John Maynard. (1978 b) “O fim do laissez-faire”. The quarterly Journal of Economics. In Tamás Smreczányi. **Keynes**. Ática: São Paulo. (original de 1937)

KEYNES, John Maynard. (1982). **A teoria geral do emprego do juro e da moeda**. Editora Atlas: São Paulo. (Tradução: Mario R da Cruz)

LUCAS, Robert Jr. (1980) The Death of Keynesian economics, **Issues and Ideas**, Winter, University of Chicago: Chicago. (pp.18-19)

MANKIW, Gregory. (1990) A quick refresher course in macroeconomics. **Journal of economic literature**, 28. (pp. 1645-1660)

MANKIW, Gregory. (1992) The reincarnation of Keynesian economics. **European economic review**, 36, (pp.559-65)

MANKIW, Gregory. (2000) “The inexorable and mysterious trade-off between inflation and unemployment”. Paper apresentado no encontro do Royal Economic Society. Julho. Disponível online (acesso realizado em julho de 2004): <http://post.economics.harvard.edu/faculty/MANKIW.html>

MANKIW, Gregory. (2002). The NAIRU in theory and practice. Paper. **Harvard University**, abril. Disponível online (acesso realizado em julho de 2004): <http://post.economics.harvard.edu/faculty/MANKIW.html>.

MANKIW, Gregory. (2004). Economic choices. Remarks at the National Association of business economists. **Washington Economic Policy Conference**: Washington. 25 de março. Disponível online (acesso realizado em julho de 2004): <http://post.economics.harvard.edu/faculty/MANKIW.html>

SICSÚ, João. (1999) Keynes e os Novos-keynesianos. **Revista de Economia Política**, vol.19, no 2 (74), abril-junho.

TADEU LIMA, Gilberto. (1992) **Em busca do tempo perdido**: a recuperação pós-keynesiana da economia do emprego de Keynes. BNDES: Rio de Janeiro.

TADEU LIMA, Gilberto et al. (1999). **Macroeconomia Moderna**: Keynes e a economia contemporânea. Campus: Rio de Janeiro.